

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI N.º 3.557, de 2004.

Acrescenta artigo à Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989 a qual dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Autor: Deputado Dimas Ramalho

Relator: Deputado Geraldo Resende

I- RELATÓRIO

O projeto de lei em referência amplia o apoio às pessoas portadoras de deficiências e sua integração social ao incluir os portadores de deficiências orgânicas no rol das clássicas deficiências (auditiva, visual, mental, física e múltipla).

Tendo sido apresentado em 13 de maio de 2004, foi distribuído a esta comissão para apreciação do mérito e tramita com poder terminativo, conforme preceitua o art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nos termos do art. 119, caput, I, do aludido diploma legal, a Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família desta Casa determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões de prazo para apresentação de emendas, a partir de 09 de julho de 2004. Esgotado o prazo regimental, não foram recebidas emendas ao projeto.

Cumpre-nos, agora, por designação do presidente desta comissão, a elaboração do parecer.

É o relatório.

II- VOTO DO RELATOR

O avanço terapêutico e tecnológico fez com que a sobrevivência de doentes, particularmente com doenças crônicas, aumentasse bastante. Frequentemente permanecem complicações ou seqüelas com as quais os indivíduos sobrevivem vários anos impondo-lhes limitações à participação em inúmeras atividades.

A preocupação internacional em ter um instrumento para avaliar e mensurar a qualidade de vida fez com que a Organização Mundial de Saúde produzisse um instrumento com esta finalidade: trata-se da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde-CIF. Esta classificação pode ser um mecanismo para se estabelecer uma legislação inclusiva ou de aposentadoria conforme propõe o deputado Dimas Ramalho por meio do Projeto de Lei ora analisado.

A Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, originalmente abordava apenas o quanto uma doença dificultava as atividades anteriormente desempenhadas pelas pessoas, desconsiderando as potencialidades que foram preservadas. Sabemos, contudo, que muitas pessoas são discriminadas e consideradas inaptas para determinadas funções, mas podem ser aproveitadas de outras formas.

De acordo com os dados do Censo 2000 divulgados pelo IBGE, há, no Brasil, cerca de 24,5 milhões de pessoas, ou 14,5% da população total, que apresentam algum tipo de incapacidade ou deficiência. No total de casos declarados como portadores de deficiência; 8,3% possuíam deficiência mental; 4,1% deficiência física; 22,9% deficiência motora; 48,1% deficiência visual e 16,7% deficiência auditiva. As deficiências orgânicas não foram consideradas. Aplicando-se a Classificação Internacional de Funcionalidade observaríamos o registro das deficiências orgânicas mas, por outro lado, constataríamos que dos 16,5 milhões de pessoas classificadas como deficientes visuais pelo IBGE, apenas 159.824 são realmente incapazes de enxergar. Já entre os 5,7 milhões de brasileiros com deficiência auditiva, apenas 176.067 são realmente incapazes de ouvir.

O objetivo deste projeto de lei, que pressupõe a incorporação da CIF na sua operacionalização, é organizar e padronizar as informações sobre a funcionalidade das pessoas com deficiência, segundo uma nova abordagem, a da sua capacidade efetiva.

Além de representar um excepcional avanço na compreensão do universo das deficiências, esta nova metodologia fornecerá diretrizes mais precisas para as futuras políticas públicas do nosso país, permitindo ações mais específicas e detalhadas no atendimento das necessidades da população carente de algum sistema de apoio, como vagas acessíveis nos transportes públicos, acessos adaptados em escolas, centros de atendimento e muito mais. Por outro lado, muitas pessoas atualmente classificadas como portadoras de alguma necessidade ou característica especial, não serão doravante consideradas “incapazes”.

De acordo com a Dra. Linamara Rizzo, Diretora da Divisão de Medicina de Reabilitação do Hospital das Clínicas de São Paulo e presidente eleita da International Society of Physical and Rehabilitation medicine “ agora uma pessoa perfeita, mas que não sai de casa por causa de uma depressão, será considerada incapaz diante de uma pessoa que é tetraplégica, mas que comanda uma empresa de 500 funcionários e cuida de sua família normalmente”.

A Classificação Internacional de Doenças-CID foi criada em 1920 e só foi implantada no Brasil em 1987. Ao recomendar aos nobres pares desta comissão a aprovação deste Projeto de Lei esperamos, entre outros aspectos, que o mesmo não aconteça com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde-CIF.

Por todo o exposto, somos pela aprovação do PL 3557/2004.

Sala da Comissão, em de maio de 2005.

Deputado Geraldo Resende
Relator